



**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA PARA AS
CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**
**THE IMPORTANCE OF SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION FOR CHILDREN
WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS**

FELICIO, Alessandra Berzagui¹
SILVA, André Ribeiro da²

RESUMO

Este trabalho apresenta a importância da educação especial e inclusiva para crianças com necessidades educativas especiais e a forma de como este assunto é representado nas escolas. A inclusão não se refere apenas a pessoas com necessidades especiais. Considerando que cada indivíduo tem seu próprio tempo e ritmo e sua própria trajetória e história pessoal, pode-se concluir que todos necessitam ser incluídos em qualquer ambiente, seja na escola, na sociedade, no mercado de trabalho, em todas as esferas de convívio, onde possam exercer seu direito de cidadania. Ainda hoje algumas famílias se sentem discriminadas e é através da educação inclusiva que elas começam a perceber o direito de ir e vir de seus filhos e de usufruírem como todos os espaços do mundo.

Palavras-chave: Educação Especial. Necessidades Educativas. Educação Inclusiva. Cidadania. Inclusão Social.

ABSTRACT

This work presents the importance of special and inclusive education for children with special educational needs and the way in which this subject is represented in schools. Inclusion is not just about people with special needs. Considering that each individual has their own time and rhythm and their own trajectory and personal history, it can be concluded that everyone needs to be included in any environment, be it at school, in society, in the job market, in all spheres of interaction, where they can exercise their right of citizenship. Even today, some families feel discriminated against and it is through inclusive education that they begin to realize their children's right to come and go and to enjoy, like all spaces in the world.

¹ Graduada em Pedagogia e Orientação Educacional pela FAPA. Pós-Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela FAVENI. E-mail: alessfelicio1@gmail.com

² Educador Físico e Pedagogo. Mestre e Doutor em Ciências da Saúde. Pós-doutor em Neurociências. E-mail: andreribeiro@unb.br

KEYWORDS: Special Education. Educational Needs. Inclusive Education. Citizenship. Social Inclusion.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um processo complexo, que ao longo da história é alvo de estudos e pesquisas, a fim de compreender os mecanismos de aprendizagem, desenvolver estratégias para sanar as dificuldades e garantir o desenvolvimento de todos; é um direito universal garantido na Constituição. Para os indivíduos com necessidades especiais é preciso, porém um atendimento mais especializado.

A partir da década de 90 com a Conferência Mundial de Educação Especial, e a proclamação da Declaração de Salamanca, em 1994, que “define políticas, princípios e práticas da Educação Especial e influi nas Políticas Públicas da Educação”. (UNESCO, 1994) aumentaram as discussões sobre a importância da educação inclusiva a fim de garantir o acesso e a aprendizagem de todos, cada um com sua especificidade e demandas particulares; neste contexto observa-se a necessidade do atendimento educacional especializado, preferencialmente em salas de integração nas escolas regulares como proposta de integrar e acolher os alunos em sua diversidade, pensando em estratégias que possibilitem suas aprendizagens e também as escolas especiais, destinadas a alunos cuja integração no espaço escolar regular traria menos benefícios ao seu desenvolvimento.

Esse foi consideravelmente um grande passo na inclusão das pessoas com necessidades especiais no meio escolar; a partir daí percebe-se um novo olhar às peculiaridades de cada um, buscando um novo perfil de escola, que atenda às necessidades individuais de cada sujeito, favorecendo e facilitando seu processo de aprendizagem e pertencimento. Para o indivíduo, na condição de aluno, receber este olhar diferenciado, a atenção em suas necessidades, o planejamento de atividades específicas de acordo com seu nível e condições de realização, sem dúvida, contribui efetivamente para que se sinta parte do contexto, o que por si só auxilia no sentir-se respeitado. Sabe-se que o ambiente acolhedor, respeitoso e afetivo favorece o desenvolvimento da aprendizagem, das habilidades e potencialidades de cada um.

Através de relatos orais de alunos especiais inseridos no espaço escolar, percebe-se o sentir-se “em casa, amados e acolhidos”, demonstrando o desejo e a satisfação em estar no ambiente da escola.

Em relação às famílias, a educação inclusiva trouxe tranquilidade na garantia de ter seus filhos com o direito de frequentar a escola, serem percebidos em suas individualidades e características próprias, com a oportunidade de desenvolvimento sob o olhar atento e estratégias de ensino voltadas particularmente a cada um. É sabido que alguns anos atrás ter um filho especial era motivo de vergonha; praticamente não se via essas pessoas na rua, muito menos na escola. São comuns as falas de que “hoje em dia há mais crianças especiais”, o que se justifica por estes indivíduos ocuparem espaços hoje que lhes eram negados, como a escola, parques e mercado de trabalho. Ainda hoje algumas famílias se sentem discriminadas e é através da educação inclusiva que elas começam a perceber o direito de ir e vir de seus filhos e de usufruírem como todos os espaços do mundo.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As concepções de educação inclusiva vêm sendo debatidas e estudadas com o objetivo de garantir a escolarização, através acesso e permanência dos alunos na escola, ampliando-se a compreensão de que cada ser indivíduo é único e deve ser respeitado em suas peculiaridades; garantindo a igualdade de oportunidades e permanência no espaço escolar, independentemente do nível social, da etnia, das características físicas e intelectuais e de gênero, tendo o direito de sentir-se incluído como parte da sociedade, sujeito de sua própria história e construção.

Desafiando os paradigmas da escola tradicional, onde os indivíduos se adequaram às normas, regras e metodologias e quem não se adequasse ou atingisse os objetivos unificados era excluído do sistema, ficando à parte. Muitos teóricos e educadores têm se aprofundado no assunto, tornando a inclusão escolar um dos pressupostos para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que oportunize a todos as condições de desenvolvimento, aprendizagem e dignidade.

2.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, o ensino em escolas especiais, apartadas das escolas regulares, era destinado a alunos com transtornos específicos que caracterizassem dificuldades de aprendizagem e adaptação nas classes comuns.

O Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trata a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Muitos são os argumentos contrários às escolas especiais, como o fato de que a nenhum aluno deve ser negado o acesso à educação regular e ao convívio com os demais em função de suas características físicas, intelectuais ou psicológicas. Ademais a aprendizagem ocorre através da interação entre as pessoas e as trocas que ocorrem nessas interações.

Atualmente o conceito de educação especial não se restringe exclusivamente ao atendimento em escolas especiais; se configura como um conjunto de ações e disposições que proporcionem estratégias e metodologias adaptadas e adaptáveis às necessidades individuais que contemplem as características de cada indivíduo, de acordo com a NOTA TÉCNICA DO MEC Nº 4. LEI DE 2009:

“A educação especial reúne pressupostos teóricos para fundamentar o uso de diferentes metodologias, técnicas e equipamentos específicos, bem como para a produção de materiais didáticos adequados e adaptados e para o desenvolvimento de tecnologia assertiva, a fim de serem oferecidos aos educados, preferencialmente (o que não significa exclusivamente), em escolas regulares inclusivas e em classes e escolas especializadas destinadas aos educados que não se beneficiam das classes e escolas comuns ou regulares.” (CALLEGARI, Cesar. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2009).

A partir desta concepção amplia-se o atendimento destes alunos para além das chamadas escolas especiais, garantindo suas vagas e permanência nas escolas regulares sendo possíveis os atendimentos necessários, adequações e adaptações que respeitem sua individualidade, potencialidades e tempos de aprendizagem.

A educação especial não é considerada como uma via paralela da educação regular e sim como parte de apoio à escola para garantir a inclusão e aprendizagem de todos os alunos, embora ainda mantenha as classes e escolas especializadas a alunos que não se considere que sejam beneficiados em escolas comuns ou regulares. Esse entendimento gera controvérsias entre educadores e estudiosos, porém, abre o leque para que, de acordo com as características individuais, peculiares a cada caso, seja possível o atendimento em escolas consideradas especializadas e mais preparadas para receber o aluno e auxiliar no seu desenvolvimento. É sabido que em alguns casos de patologias, psicopatologias e transtornos TEA globais de desenvolvimento mais severos, para que se possa criar vínculos afetivos, possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de potencialidades e um ambiente mais seguro para o aluno, a escola chamada especial passa ser o espaço mais indicado, devido a formação específica dos profissionais, a quantidade de alunos por turma e o tratamento quase que individualizado.

Durante muito tempo as escolas especiais foram vistas como um espaço reservado, destinado aos alunos doentes ou desajustados. A proposta de quebrar paradigmas e preconceitos estabelecidos dentro dos padrões da dita normalidade, que se solidificaram numa sociedade excludente e despreparada para conviver e respeitar a diversidade, passa pela desmistificação dos espaços e conceitos. A escola especial nada mais é que uma escola fisicamente como outra qualquer, com exceção da presença obrigatória dos campos de acessibilidade, como rampas de acesso, banheiros adaptados, materiais em libras, recursos diversos que procurem atender as necessidades individuais de cada aluno.

Cabe dizer que estas especificidades da escola especial deveriam, por lei, estar presente em qualquer ambiente, seja espaço escolar ou social. Ao se pensar numa sociedade inclusiva, onde todos tenham condições de transitar, conviver, aprender e principalmente serem respeitados em suas características individuais, é inegável o longo caminho ainda a se percorrer em direção às remodelações e propostas de adequações.

2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATRAVÉS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS REGULARES

Com os avanços nas discussões e concepções sobre educação inclusiva, a escolarização em ambientes socializados como a escola chamada regular tem se tornado mais indicada ao atendimento escolar das crianças e jovens com necessidades especiais. Torna-se uma proposta de igualdade de acesso a todos respeitando suas individualidades proporcionando e oferecendo metodologias, planejamentos e estratégias de ensino que respeitem as características e peculiaridades, apontando as potencialidades de cada um.

Percebe-se esta concepção no texto da Base Nacional Curricular Comum, onde no referir-se a igualdade, diversidade e equidade afirma que:

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter à situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as pessoas que não puderam estudar ou completar sua escolaridade na idade própria. Igualmente, requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (BRASIL, 2018, p. 15).

A inclusão não se refere apenas a pessoas com necessidades especiais. Considerando que cada indivíduo tem seu próprio tempo e ritmo e sua própria trajetória e história pessoal, pode-se concluir que todos necessitam ser incluídos em qualquer ambiente, seja na escola, na sociedade, no mercado de trabalho, em todas as esferas de convívio, onde possam exercer seu direito de cidadania. Cada indivíduo em suas características peculiares, em determinado momento pode necessitar de adequação e adaptação de metodologias para que ocorra seu processo de aprendizado. Sendo o ser humano complexo por sua natureza, sujeito às emoções, situações adversas, sejam orgânicas, psicológicas, econômicas ou sociais torna-se evidente que durante sua trajetória escolar ou social necessite de apoio, compreensão e respeito; cabe a escola, como a primeira instituição social além da

família onde as crianças iniciam seu processo de inserção social promover para que efetivamente os sujeitos se sintam acolhidos, amparados e estimulados em seu desenvolvimento.

De acordo com Romeu Sasaki a Inclusão configura-se como um processo através do qual a sociedade torna-se adequada às necessidades dos variados tipos de diversidade em qualquer aspecto, sejam elas étnicas, sociais, de gênero, deficiências e outras; Sasaki afirma ainda que estas adequações devem contar com a participação de todos na elaboração e aplicação das adequações. (SASSAKI, Romeu. 2009).

Historicamente, se teve a ideia de que os indivíduos deveriam se adequar à sociedade e ao mundo. As regras, posições e estruturas prontas apenas absorviam quem tivesse condições de se enquadrar e acompanhar o ritmo imposto pela sociedade. Seguindo esta lógica, pessoas consideradas diferentes ou incapazes de se adequarem, ficavam de um padrão aceitável de normalidade, sejam eles pessoas com necessidades especiais, imigrantes, indígenas, negros, a população de baixa renda, etc. Sendo a escola um grande pilar para as transformações sociais, o processo de inclusão tem, através da garantia de direitos de acesso e permanência um grande salto nas conquistas. A educação inclusiva vem afirmar, de forma efetiva a presença dos indivíduos antes considerados incapazes proporcionando seu desenvolvimento e integração.

A educação inclusiva vai além da adequação física de espaços; são necessárias adequações na metodologia, planejamento, dinâmicas e estratégias que tenham como princípio o desenvolvimento do respeito às diferenças, à diversidade, ao outro.

A LDB afirma no primeiro parágrafo do artigo 58, que: "haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial" e que todas as escolas das redes de ensino, públicas ou privadas, devem ser inclusivas, ou seja, devem estar abertas a todos.

De acordo com a Base Nacional Curricular Comum a educação inclusiva

deveria garantir a todos, não apenas o acesso, mas também a permanência na escola, objetivando o êxito nas aprendizagens e desenvolvimento das potencialidades de todos e de cada um. Preconiza que as escolas precisam adotar procedimentos, metodologias, estratégias e tecnologias que visem o atendimento e diminuam as dificuldades dos alunos com necessidades especiais.

Garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos implica que, embora os conhecimentos sejam os mesmos a serem trabalhados e desenvolvidos, as metodologias e recursos sejam diversificados de modo a contemplar as necessidades e potencialidades individuais, respeitando suas condições e níveis. Da mesma forma que numa classe de alfabetização os professores oportunizam atividades e recursos diversificados aos alunos de acordo com seus níveis de letramento e conhecimento matemático, e essa é uma prática já comum entre os educadores, em se tratando de alunos com necessidades educativas especiais devem ser ofertados recursos, técnicas e metodologias que os auxiliem a efetivar sua aprendizagem.

Cabe reforçar também a formação continuada dos professores, o investimento em salas de recursos e o atendimento educacional especializado, realizado por profissionais capacitados, a remodelação arquitetônica de acordo com o design universal a fim de garantir o acesso físico e o trabalho e discussões contínuas sobre o respeito à diversidade, a aceitação e integração.

Neste contexto, a educação inclusiva torna-se uma composição de ações que invistam nos indivíduos, nas suas capacidades e no desenvolvimento de condições para que possam exercer a cidadania plena, usufruindo de seus direitos de sujeitos ativos perante a sociedade.

3.A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Paulo Freire diz que educar é um ato de amor e por isso, um ato de coragem; coragem de enfrentar desafios, de superar obstáculos, de inventar e reinventar-se. A

educação especial e a educação inclusiva vão além das leis e diretrizes dispostas; dizem respeito às pessoas, suas angústias, necessidades e direitos. É no dia a dia que estes sujeitos se depararam com a exclusão, com as lutas internas e externas para fazer parte de uma sociedade muitas vezes hostil e que não está preparada para lidar com a diversidade, nem disposta a respeitar as características individuais. (FREIRE, Paulo. 1987).

Cada ser humano é único em suas potencialidades, habilidades, dificuldades e necessidades. Para que possa desenvolver a aprendizagem, necessita de meios e recursos para seu desenvolvimento. A partir do olhar diferenciado e da disposição de mudar esta realidade, a escola contribui na transformação dos paradigmas de exclusão e marginalização. É na escola, como primeira instituição social formal que se trabalha o convívio, o respeito às diferenças, as interações e se sistematiza os conhecimentos. A partir dos pressupostos da educação especial e da educação inclusiva todos os sujeitos têm a oportunidade de desenvolver suas capacidades, de sentirem-se parte integrante do processo de aprendizagem e principalmente de se sentirem respeitados e acolhidos. (FREIRE, Paulo. 1987).

3.1.A EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

O ingresso do aluno com NEE na escola especial depende muito das demandas de suas particularidades serem mais bem atendidas através de um olhar mais individualizado e específico de acordo com suas condições. A alternativa é sempre baseada no seu histórico de vida e na forma mais indicada de desenvolvimento de suas potencialidades. Em alguns casos a escola especial, com sua característica diferenciada de metodologias, dinâmicas e rotinas é o mais indicado para promover o acesso e permanência dos sujeitos no ambiente escolar.

A escola especial geralmente não é a primeira experiência institucional da maioria dos alunos com necessidades educativas especiais. Grande parte destes ingressam nas escolas infantis ou no próprio ensino fundamental e ao longo do trajeto,

devido às suas características pessoais, escola e famílias optam por fazer a transição para a escola especial.

Para alunos com NEE, desde o ingresso na escola, a lei prevê, através da BNCC que os atendimentos indicados, sejam eles, estimulação precoce, psicopedagogia inicial, sala de integração e recursos, AEE e outros. No entanto, para que ocorra a aprendizagem e o desenvolvimento de alguns a escola chamada regular não atinge, de forma efetiva, as especificidades e necessidades individuais.

É sabido, por exemplo, que pessoas com TEA (Transtorno do espectro autista), necessitam de uma rotina mais organizada, apresentam questões diferenciadas em relação a sensorialidade, locomoção, comunicação oral, alguns demonstram certa dificuldade em estar e interagir num grande grupo. Por estas e outras questões muitas vezes os alunos ingressam nas escolas chamadas especiais, a fim de ter um espaço onde tenham condições mais adequadas ao seu desenvolvimento.

A escola especial conta em seu Projeto Político Pedagógico especificamente com as definições de currículo adaptado e currículo funcional, objetivando atender as demandas de necessidades específicas dos alunos. Para Faley, Currículo Funcional é aquele que facilita o desenvolvimento de habilidades essenciais, a participação em uma grande variedade de ambientes integrados; o currículo funcional é intencionalmente proposto a desenvolver nos alunos a capacidade de realizar tarefas do dia a dia que visem sua autonomia em atividades básicas. Enquanto na escola regular se espera que certas tarefas os alunos já tenham incorporadas em seus conhecimentos, na escola especial o desenvolvimento destas habilidades faz parte do planejamento e dos objetos de aprendizagem.

Já o currículo adaptado é a adaptação do currículo acadêmico na formação intelectual dos educandos, através do uso de recursos diversos, como tecnologias assertivas a fim de que os alunos desenvolvam suas capacidades. Não se trata de privar os alunos de suas aprendizagens intelectuais, mas sim de oferecer de maneira diferenciada os conteúdos, respeitando de forma mais atenta os tempos individuais e as condições de cada aluno; através do Plano de Desenvolvimento Individual, cada

criança é analisada e a forma de desenvolver o currículo e as atividades é proposta de forma única, de acordo com as características, necessidades, possibilidades e a relação tempo/espaço individual.

Nas turmas de alunos em escolas especiais observa-se a quantidade reduzida de número de alunos, em média seis a oito por turma; percebe-se que muitas crianças com NEE apresentam um certo grau de dificuldade de interações em grupo. Nesse sentido, estar numa turma com poucos colegas facilita o processo de aprendizagem em relações com o outro; em algumas situações, onde a suportabilidade em estar em grupo é muito reduzida, os alunos têm atendimentos individualizados. Inclusive em relação ao tempo de estar na escola; alguns de acordo com suas condições particulares não conseguem ficar o período de quatro horas no ambiente escolar, então lhe são facultados horários que contemplem suas necessidades, bem como a quantidade de dias na semana. Sabe-se que pessoas com NEE no geral possuem vários atendimentos, como fisioterapias, fonoaudiologia, TO, o que por si só já pode causar cansaço e estresse, tanto físico como emocional pela rotina tomada de atividades.

Geralmente as escolas especiais, além de número reduzido de alunos, são menores em quantidade de turmas e alunos no total. Este fato facilita com que os alunos sejam conhecidos de todos, bem como seus históricos; sendo assim, mais facilmente podem ser auxiliados desde a recepção na chegada da escola, como em situações de crises ou stress. O aluno mais facilmente se torna aluno não de uma professora em particular, mas sim de todo o corpo docente, pois todos professores têm a possibilidade de conhecê-lo em suas peculiaridades.

A formação dos professores da escola especial necessariamente tem que ser específica na área, como: atendimento educacional especializado ou educação especial, o que já favorece o atendimento, a compreensão das especificidades, o como lidar com as situações peculiares. A escola especial também conta com monitorias no seu quadro de RH, o que possibilita o olhar mais atento às necessidades dos alunos; muitos, por exemplo, necessitam de auxílio na alimentação, locomoção,

uso do banheiro, etc; em algumas no seu PPP também está garantido duas professoras por turma para atendimento dos alunos.

Ser percebido, considerado em suas necessidades individuais é fato que contribui para o desenvolvimento do ser humano em todos os aspectos; em se tratando de pessoas com NEE, sentir-se parte integrante de um grupo, acolhido e compreendido em suas necessidades é parte fundamental na formação de vínculos e no processo de aprendizagem. A atenção direcionada dos educadores faz com que os educandos se sintam mais à vontade, dispostos e receptivos ao trabalho escolar; o sentimento de pertencimento e acolhimento, mesmo nos alunos não verbais, através das suas atitudes, olhares e envolvimento nas atividades escolares demonstra que o atendimento individualizado, através das propostas de atividades, com recursos variados, materiais diversos e acessíveis ao manuseio possibilita de forma mais efetiva o desenvolvimento dos objetivos educacionais em relação ao seus processos de aprendizagens.

3.2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA REGULAR E OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

A escola, enquanto instituição, como é historicamente constituída, é um espaço amplo formativo de cidadania e conhecimentos intelectuais. Não há nenhuma organização formal que atenda tantas pessoas ao mesmo tempo e lide com tanta diversidade; a escola pode ser considerada um “organismo vivo”, onde um turno de trabalho não é igual a outro; onde acontecem situações únicas, inusitadas, comuns, se brinca e se aprende; se chora e ri, onde o objetivo maior está em atender pessoas e suas necessidades e ao mesmo tempo desenvolvê-las em suas potencialidades.

É neste contexto que a educação ESPECIAL tem sido pautada nos últimos anos, com o propósito de garantir a todos o acesso e a permanência e principalmente o respeito à diversidade individual e coletiva. Considerando que a inclusão não se limita às pessoas com NEE, mas sim a todo ser humano em suas especificidades e individualidade, a escola se torna o espaço onde a acolhida, o respeito e o

desenvolvimento das potencialidades de todos e cada um se torna o objeto de toda e qualquer ação.

A Educação Inclusiva tem se tornado cada vez mais uma meta a ser atingida e concebida no espaço escolar, chamado de regular, A **Lei nº 13.146 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (LBI)** no capítulo IV aborda o direito à educação, com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras. O AEE também está contemplado, entre outras medidas. (LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015).

Através das leis implementadas nos últimos anos, a escola chamada regular tem sido espaço educativo para atendimento também de pessoas com NEE. Embora o currículo e o conjunto de ações da escola regular contemplem em sua maioria alunos sem NEE, vem sendo feitas adaptações tanto no espaço físico quanto nas propostas de trabalho para atendimento dos alunos especiais.

O atendimento dos alunos com NEE, apesar de constituir um desafio, tem sido realizado nas escolas regulares e cada vez mais os estudos sobre inclusão fazem parte das formações pedagógicas do corpo docente. Percebe-se a grande procura pelos cursos de graduação e especialização na área a fim de atender as demandas propostas pela escola.

Para garantir a educação inclusiva que as escolas precisam, além das adaptações no espaço físico (rampas de acesso, elevadores, banheiros adaptados, espaços comuns com acesso, etc.), realizar alterações no seu projeto político pedagógico, prevendo o currículo adaptado e os planos de desenvolvimento individual, que atendam às necessidades e desenvolvam as potencialidades de acordo com cada aluno.

As turmas que possuem alunos com NEE, tem um número menor de matrículas e contam com o programa de estagiários ou monitores que acompanham estes alunos de acordo com suas necessidades nas atividades de aula, rotinas de higiene e

alimentação e recreio, ou ainda técnicos de enfermagem que possam auxiliar nos casos de medicação.

Percebe-se na maioria das situações que os colegas das turmas relacionam-se com facilidade com as crianças com necessidades educativas especiais; demonstram alegria em auxiliar nas tarefas, nas brincadeiras e por vezes com alunos cadeirantes, se torna uma brincadeira motivo de disputa, empurrar a cadeira do colega; crianças demonstram mais empatia e menos preconceitos em relação à diversidade; interagem e brincam de acordo com as condições de cada um e isso torna o ambiente e as interações mais agradáveis, fazendo com que os alunos se sintam acolhidos e pertencentes ao espaço escolar.

Em relação ao currículo, as atividades propostas podem ser as mesmas para todo o grupo de alunos e os alunos com NEE contam com auxílio de monitores e dos professores para sua realização, utilizando se necessário, material de apoio, como tablet e demais recursos da tecnologia assertiva. Cabe ressaltar que em algum momento todos os alunos podem necessitar de auxílio na realização das tarefas ou de recursos diferenciados. É nessa perspectiva que a educação inclusiva é pautada; cada ser é único e tem direito ao seu desenvolvimento intelectual, físico e emocional e cabe à escola proporcionar atividades que contemplem e favoreçam este processo.

Nos casos onde as tarefas comuns a todos não favoreçam o desenvolvimento dos alunos com NEE, o Plano de Desenvolvimento Individual prevê atividades paralelas que de acordo com o proposto pelo conteúdo curricular possam contemplar as necessidades individuais.

É ofertado também o atendimento educacional especializado, através das chamadas salas de integração e recursos, onde os alunos são atendidos fora do horário de aula regular ou mesmo durante as aulas, de acordo com cada caso, por profissionais com formação específica em educação especial ou AEE. Estes profissionais atuam também junto aos professores na elaboração do planejamento, das adaptações curriculares e em situações atípicas, onde o professor possa necessitar de auxílio, bem como participam das formações pedagógicas da escola, a

fim de instrumentalizar os educadores e desmistificar o convívio e aprendizagem dos alunos com NEE.

Em relação à avaliação e progressão dos níveis de ensino é facultada a emissão de certificação especial –(TERMINALIDADE ESPECÍFICA) aos alunos que porventura não atinjam os objetivos propostos a cada etapa de ensino (fundamental e médio).

Através da inserção dos alunos especiais nas escolas regulares a partir da educação inclusiva, pode-se perceber a integração e o direito de acesso a espaços comuns a todos; a sensação de pertencimento e acolhimento, diminuindo as distâncias, preconceitos e discriminações. Observa-se nos alunos o contentamento e alegria de se sentirem incluídos e participantes no grande grupo, respeitados em suas peculiaridades e diferenças, exercendo o direito de ir e vir e estar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado ao longo do estudo, a educação de nossas crianças é um direito garantido por lei e função de toda a sociedade. Tratando-se das crianças com necessidades educativas especiais esta tarefa se torna de maior responsabilidade, pois demanda a garantia efetiva de acesso, permanência e comprometimento com a aprendizagem das mesmas, proporcionando condições adequadas à inclusão. As discussões ao longo do tempo, o aprofundamento de estudos e a elaboração de leis que garantam o acesso e a permanência de todos no espaço escolar sem dúvida trazem benefícios tanto para as crianças com necessidade educativas especiais como para suas famílias e demonstram o comprometimento que há que se ter em garantir a presença nos espaços escolares e sociais, respeitando a diversidade e as características individuais, proporcionando condições para o desenvolvimento pleno de suas habilidades, respeitando seus limites e ampliando suas possibilidades.

Tendo em vista os aspectos considerados ao longo do artigo, torna-se evidente a importância da Educação Inclusiva e Especial no processo de aprendizagem das crianças com necessidades educativas especiais; através do atendimento

individualizado, da acolhida, atenção e investimento nas possibilidades de cada aluno propicia-se um ambiente que favorece o bem estar das crianças, o prazer de conviver e aprender que são necessários para a inclusão e o respeito às particularidades de cada educando.

Percebe-se também a importância e necessidades dos espaços chamados de escolas especiais, que trazem tranquilidade às crianças e suas famílias; embora as leis direcionam cada vez mais para a inclusão nas escolas regulares, o respeito às condições individuais, considerando cada caso e sua complexidade através dos diagnósticos e laudos médicos, evidenciam que para alguns alunos o espaço nas escolas especiais se torna mais produtivo e adequado para possibilitar as aprendizagens, o desenvolvimento da autonomia e a transformação dos alunos em cidadãos de direitos na sociedade.

Por outro lado, a inclusão nas escolas regulares garante aos alunos, de acordo com suas condições, possibilidades e potencialidades o exercício do convívio com os demais, diminuindo a distância e o preconceito que sempre sofreram, em serem apartados da vida social comum e de também poderem contribuir na construção de uma sociedade mais justa, mais compreensiva, respeitosa e igualitária.

Cabe ressaltar que apesar dos grandes avanços nos últimos anos em relação a educação inclusiva e a educação especial, há um longo caminho a ser percorrido; embora as leis existentes venham garantindo cada vez mais o acesso e a escolarização das crianças com necessidades educativas especiais, ainda é preciso que haja mais investimento tanto na formação dos profissionais, como em vagas nas escolas, acessibilidade e demais adequações no espaço físico e educacional.

É necessário que as instituições mantenedoras das escolas organizem momentos de formações pedagógicas, incentivando a busca de especialização pelos profissionais, em como um trabalho de conscientização na sociedade, sobre os direitos de cidadania dos alunos com NEE. Esse é um compromisso que deve ser considerado primordial quando se manifesta o desejo de que todos sejam e se sintam incluídos, acolhidos e amparados, independentemente de suas condições intelectuais, físicas ou psicológicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Presidência da República. Decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 15 Outubro.2022

BRASIL, 2015, Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 06 de Agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB. 9394/1996.
BRASIL.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009 - Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. Revista Nacional de Reabilitação (Reação), BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.